

CONVÊNIO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

UNIDADE CONCEDENTE: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VILA NOVA (HOSPITAL DA RESTINGA E EXTREMO-SUL), inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.994.418/0003-84, localizada na Estrada João Antônio da Silveira, n. 3700, Bairro Restinga, em Porto Alegre – RS, neste ato representada por **DIRCEU BELTRAME DAL MOLIN**, Brasileiro, Médico, portador do CPF sob o nº 222.303.860-34 e RG sob o nº 3005988435 e neste ato responsável **AMANDA DAL MOLIN**, Brasileira, Advogada, portadora do CPF nº 032.695.590-97 e RG nº 3116358064, com endereço profissional na Estrada João Antônio da Silveira, nº 3330, Bairro Restinga, Porto Alegre/RS.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, mantida pela União Brasileira de Educação e Assistência - UBEA, Instituição de Ensino superior, inscrita no CNPJ sob o nº 88.630.413/0002-81, com sede à Av. Ipiranga, 6681, Bairro Partenon, no município de Porto Alegre/RS, CEP 90619-900, neste ato representado por Sr. Milton André Stella, portador da carteira de identidade nº 2062357856, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 922.924.290-04, doravante denominada simplesmente **PUCRS** e como interveniente anuente a **FUNDAÇÃO IRMÃO JOSÉ OTÃO – FIJO**, fundação privada, inscrita no CNPJ sob o no. 88.483.276/0001-19, com sede à Av. Ipiranga, 6681, Prédio 2, Bairro Partenon, no município de Porto Alegre/RS, CEP 90619-900, neste ato representada pela Vice-Presidente, Raquel Araujo Bernardon, doravante denominada simplesmente **PUCRS Carreiras**, com número de telefone 51 3353-4355 e e-mail pucrscarreiras@puhrs.br.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

I. Para realização do estágio, é necessário ser firmado o Termo de Convênio entre a Instituição de Ensino (PUCRS) e a Unidade Concedente (onde serão realizados os estágios).

II. A Unidade Concedente autoriza a Instituição de Ensino a realizar contatos com seus alunos por meio de cartazes, e-mails, telefone, eventos, para fins de divulgação dos benefícios desta parceria, condicionado à autorização da Unidade Concedente para tais atividades, desde que não prejudiciais a esta.

III. A Instituição de Ensino se compromete a manter sigilo sobre as informações pessoais dos alunos, seja ele matriculado ou não.

IV. As partes se comprometem a promover as atividades do estágio em conjunto, conduzindo-as de acordo com o projeto da Instituição e os objetivos básicos do Hospital Restinga e Extremo Sul.

V. As partes resolvem ter entre si, justo e acertado, o Convênio de Estágio a ser realizado no Hospital Da Restinga e Extremo Sul, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Convênio é regular as condições de realização de estágios curriculares obrigatórios, de forma não exclusiva, para alunos da **PUCRS** dos cursos de graduação da Escola de Medicina e da Escola de Ciências da Saúde e da Vida, notadamente dos cursos de Medicina, Nutrição, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Biomedicina, Odontologia, bem como do curso de Serviço Social, nas dependências da Unidade Concedente, regularmente matriculados na Instituição de Ensino, através da realização de estágios, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

1.2 Para fins deste Convênio, o estágio obrigatório deve observar o projeto pedagógico do curso, tendo caráter de complementação educacional e de prática profissional. Entende-se como estágio as atividades que visam o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do(a) aluno(a) para a vida cidadã e para o trabalho.

1.3 O estágio somente poderá ser contratado quando possuir expressa previsão no Projeto Político Pedagógico do Curso frequentado pelo(a) aluno(a).

1.4 Os estágios deverão propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, serão executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares para que possam ser instrumentos de integração teoria-prática.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ESTÁGIO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 Os estágios obrigatórios terão a duração e carga horária de acordo com o previsto no projeto pedagógico dos Cursos de Graduação ou Pós-Graduação.

2.1.1 O estágio terá a duração e carga horária estabelecidas no termo de compromisso, podendo ser renovado, desde que o período total contratado não ultrapasse o tempo máximo de 02 (dois) anos.

2.1.2 A jornada deverá ser sempre compatível com o horário escolar e não poderá ultrapassar o limite de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, não podendo ser alterada, salvo ajuste formal com a anuência da instituição de ensino e do aluno.

2.1.3 Durante os períodos de avaliação ou verificações de aprendizagem, a carga horária do estágio será reduzida à metade.

2.1.4 A **PUCRS** deverá fornecer, sempre que solicitado, documento que indique a data das avaliações.

2.2 O presente convênio é firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, tendo validade sempre para o ano letivo podendo ser alterado através de Termos Aditivos livremente pactuados entre as partes.

2.2.1 As partes poderão rescindir o presente convênio mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, sendo que, em caso de rescisão fica garantida a continuidade dos termos de compromisso de estágio já firmados, respeitando os trabalhos que estiverem em andamento, nos termos da Cláusula Décima Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RELAÇÃO JURÍDICA DE ESTÁGIO

3.1 O Estagiário não terá, para qualquer efeito, vínculo empregatício com a Parte Concedente, não cabendo a ela qualquer encargo trabalhista e/ou previdenciário, conforme determina o artigo 3º da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

4.1 Os estagiários regulados por este instrumento não serão remunerados, por se tratar exclusivamente de estágios obrigatórios.

CLÁUSULA QUINTA – DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

5.1 Os Termos de Compromisso de Estágio visam particularizar a relação jurídica da Parte Concedente com o Estagiário e especificar as condições especiais da respectiva relação de estágio, tais como: atividades a serem desenvolvidas pelo Estagiário(a); horário e carga-horária a serem cumpridos pelo Estagiário(a), que deverão ser sempre compatíveis com o horário escolar do mesmo; condições de supervisão do estágio; duração do período do estágio; e compatível com o Plano de Estágio a ser desenvolvido.

5.2 Os Termos de Compromisso de Estágio deverão observar a Legislação de Estágio, bem como atender aos regulamentos de estágio obrigatório de cada curso de graduação da Instituição de Ensino.

5.3 O(A) estagiário(a) se obrigará, mediante “Termo de Compromisso de Estágio”, a cumprir as condições fixadas para o estágio, bem como as normas de trabalho estabelecidas pela Unidade Concedente.

5.4 A concessão do estágio torna-se efetiva após assinatura do Termo de Compromisso entre as partes, quais sejam, Unidade Concedente, Instituição de Ensino e Estagiário(a).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

6.1 Divulgar entre seus alunos regularmente matriculados, as vagas de estágio proporcionadas pela Unidade Concedente.

6.2 A Instituição de Ensino obriga-se a encaminhar alunos habilitados para a realização do estágio, que manifestarem interesse, bem como firmar o termo de compromisso de estágio, acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar os resultados do estágio;

6.3 A Instituição de Ensino se compromete em enviar a escala e o(s) Termo(s) de Compromisso de Estágio para Unidade Concedente no prazo máximo de 10 dias antes do início das atividades do(s) estudante(s), contendo nome completo e documento de identificação, para finalidade única de cadastro no sistema de controle de acesso da Unidade Concedente. A presente regra vale para inclusão de novos estudantes na escala, que ocorrerem no decorrer do mês.

6.4 Avaliar as instalações da parte concedente e a adequação das atividades à formação cultural e profissional do(a) educando(a);

6.5 Indicar professor orientador, da área desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

6.6 Exigir do(a) aluno(a) a apresentação dos relatórios e/ou fichas de avaliação, na periodicidade estabelecida no termo de compromisso, que não poderá ser superior a 6 (seis) meses;

6.7 Em caso de descumprimento das condições acordadas no termo de compromisso, orientar acadêmico(a) e a Unidade Concedente visando a adequação do estágio, ou, quando necessário, recomendar ao(à) acadêmico(a) o encerramento do estágio;

6.8 Elaborar as normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios;

6.9 Comunicar o calendário acadêmico à Unidade Concedente no início de cada período letivo;

6.10 Receber, avaliar e arquivar os relatórios ou fichas de avaliação;

6.11 Informar as condições e requisitos mínimos para a realização do estágio, observando a carga horária, duração e jornada;

6.12 Efetuar a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;

6.13 Encaminhar sistematicamente os relatórios ou as fichas de avaliação de estágio para preenchimento e devolução no prazo assinado;

6.14 Providenciar quando aplicável, o fornecimento e o controle do uso adequado de EPIs para realização de estágios (protetor fácil e máscara PFF2);

6.15 Comunicar a Unidade Concedente em caso de alteração da situação acadêmica do(a) aluno(a) estagiário(a).

6.16 Em caso de abandono, a comunicação da **PUCRS** à Unidade Concedente será feita somente após a identificação de tal situação acadêmica pelo sistema, ou quando isto não for possível, ao término do período letivo;

6.17 Em caso de perda ou extravio do crachá fornecido no ingresso do(a) aluno(a), será cobrado diretamente do mesmo uma taxa de R\$15,00 (quinze reais) para emissão do novo crachá;

6.18 A Instituição de ensino se obriga, ainda, a fornecer informações a seus alunos onde devem estar cientes que deverão zelar pelos acessos aos sistemas em que tiverem acesso em decorrência do objeto do desempenho de suas atividades no âmbito de estágio, preservando em sigilo senhas, *logins* e informações, conforme disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Federal n. 13.709/18.

6.19 A Instituição de ensino e seus alunos, deverão manter absoluto sigilo acerca das informações da Conveniada, de seus pacientes, familiares, corpo clínico e sistemas, independente da natureza ou de suas tipologias. Da mesma forma, obriga-se a Conveniente a manter em absoluto sigilo os termos deste convênio, ficando impedido de fornecer cópias e/ou informações a terceiros, sob pena de quebra de contrato e sujeição às penalidades ética e disciplinares.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE CONCEDENTE

7.1 Conceder estágio curricular, ao corpo discente da **PUCRS**, nos termos da legislação vigente e das disposições deste Convênio, definido em parceria com os departamentos interessados em abrir campo de estágio e a **PUCRS** (Instituição de Ensino), as atividades dos estagiários;

7.2 Celebrar com cada Estagiário e a Instituição de Ensino o Termo de Compromisso de Estágio, visando individualizar a relação de estágio, conforme Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008;

7.3 Encaminhar, através do estudante, para a assinatura da Instituição de Ensino, o Termo de Compromisso de Estágio, nos termos da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008;

7.4 Permitir o início das atividades do educando somente após o recebimento do Termo de Compromisso assinado por todas as partes, juntamente com os dados da apólice de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário e comprovantes de vacina. Os documentos mencionados deverão ser enviados para educacaopermanente@hres.org.br, no máximo 10 dias antes ingresso do estagiário;

7.5 Fixar o número de vagas pelas áreas de formação e informar a **PUCRS** para os devidos encaminhamentos;

7.6 Oferecer instalações que tenham condições de proporcionar ao(a) aluno(a) a boa execução das atividades previstas no plano de atividades, disponibilizando local, materiais e equipamentos adequados;

7.7 Apresentar ao(a) aluno(a) o local de trabalho, equipe, normas de funcionamento, objetivos, políticas e filosofia internas, visando a integração do estagiário;

7.8 Controlar a frequência do estagiário;

7.9 Informar a **PUCRS** em caso de interrupção ou de problemas na realização do estágio, bem como nos casos em que o aluno por motivos de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar as atividades de estágio;

7.10 Avaliar o desempenho do estagiário e/ou preencher a ficha de avaliação sempre que solicitado pela **PUCRS** obedecendo a periodicidade fixada no Termo de Compromisso, que em nenhuma hipótese poderá ultrapassar o limite de 6 (seis) meses;

7.11 Indicar um supervisor responsável, que deverá acompanhar as atividades do aluno. O supervisor indicado deverá pertencer ao quadro de pessoal da Unidade Concedente e ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso frequentado pelo estagiário. O supervisor indicado não poderá ser responsável pela orientação de mais de 10 (dez) estagiários simultaneamente;

7.12 Manter a disposição da fiscalização os documentos que comprovam a realização do estágio;

7.13 Permitir à **PUCRS** acesso as instalações onde o estágio é realizado, sempre que solicitado;

7.14 Formalizar o estágio curricular através de Termo de Compromisso firmado com o estagiário, tendo a obrigatória interveniência da Instituição de Ensino;

7.15 Não alterar as atividades do aluno estagiário sem prévia comunicação e anuência da **PUCRS**.

7.16 Informar a **PUCRS** quaisquer modificações ocorridas no quadro de estagiários;

7.17 Fornecer a declaração do estágio ao estudante, sempre que solicitado;

7.18 Compatibilizar a jornada de trabalho, com o horário escolar e com o horário da concedente;

7.19 Prestar todo tipo de informações sobre o desenvolvimento do estágio e da atividade do acadêmico-estagiário, que venha a ser solicitada pela **PUCRS** e que esta entenda necessária;

7.20 Reduzir em, pelo menos, 50% da carga-horária diária, nos períodos de provas realizadas na Instituição de Ensino, segundo as datas informadas por esta constante em calendário acadêmico;

7.21 Ao final do estágio, emitir certificado de sua realização.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

8.1 Cumprir carga horária de estágio, prevista nas grades curricular dos cursos de graduação da Instituição de Ensino;

8.2 Apresentar relatórios das atividades realizadas sempre que solicitados, de acordo com as normas de estágio;

8.3 Acatar as normas existentes na instituição em que realiza o estágio, procurando manter a rotina de trabalho e qualidade dos serviços prestados;

8.4 Cumprir as demais determinações constantes do Termo de Compromisso.

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRAPARTIDAS

9.1 As partes estabelecem que a **PUCRS** prestará à Unidade Concedente, a contar da data da assinatura do presente instrumento até 31/01/2025, a contrapartida

abaixo referida, visando ressarcir as despesas com as atividades práticas, com os materiais e equipamentos relacionados as atividades dos cursos.

9.1.1 A Instituição de Ensino deverá assinalar no quadrado a opção da qual se enquadra abaixo:

Medicina – no valor de 20% da mensalidade referente ao valor do curso, por mês de estágio realizado, referente a cada estudante, sendo disponibilizado pela Unidade Concedente espaço para intervalo, EPIs, estacionamento, cartão de acesso e almoço;

Graduação – no valor de 20% da mensalidade referente ao valor do curso, por mês de estágio realizado, referente a cada estudante, sendo disponibilizado pela Unidade Concedente espaço para intervalo, EPIs, estacionamento, cartão de acesso e almoço;

Curso Técnico – no valor de 12% da mensalidade referente ao valor do curso, por mês de estágio realizado, referente a cada estudante, sendo disponibilizado pela Unidade Concedente espaço para intervalo, EPIs, estacionamento, cartão de acesso; **ou** o fornecimento de bolsa para a Unidade Concedente, sendo:

Até 10 alunos em estágio na Unidade Concedente – disponibilizar 4 bolsas, sendo 2 bolsas de 60% e 2 bolsas de 70%, no curso de:

- _____
- _____
- _____
- _____

De 11 até 20 alunos em estágio na Unidade Concedente – disponibilizar 8 bolsas, sendo 4 bolsas de 60% e 4 bolsas de 70%, no curso de:

- _____
- _____
- _____
- _____

Ou

Outros:

9.2 Os valores acima definidos serão corrigidos anualmente com base no IPCA-E e formalizado por meio de Termo Aditivo.

9.3 O valor da contrapartida será devido ao final de cada mês, sendo a quantia apurada pelo somatório das horas de estágio obrigatório, treinamento em serviço, pesquisa e atividades de extensão, que complementem o processo ensino aprendizagem, realizados pelos estudantes.

9.4 A contrapartida devida pela **PUCRS** para cada aluno(a) que desenvolver o estágio curricular nas dependências da Unidade Concedente fica limitado ao número de horas designadas para a respectiva disciplina no Projeto Pedagógico de cada curso.

9.5 Para informar que o estudante faz jus ao almoço e a Unidade Concedente possa contabilizar a despesa a **PUCRS** deve informar na escala.

9.6 O pagamento devido pela Instituição de Ensino ocorrerá mediante depósito em conta bancária da Unidade Concedente, abaixo indicada, não se admitindo outra forma de pagamento:

NOME DO TITULAR: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VILA NOVA

CNPJ: 04.994.418/0003-84

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA: BANRISUL

AGÊNCIA: 0797

CONTA CORRENTE: 06.034615.0-4

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FLUXO

10.1 A quantia equivalente à contrapartida será apurada pela Unidade Concedente, com base na escala fornecida pela **PUCRS** e na planilha de faturamento.

10.2 A escala poderá ser alterada ao longo do mês, conforme necessidade da **PUCRS**, porém a adição de novo aluno deverá ser previamente informada à Unidade Concedente, diga-se, antes do início das atividades do estudante;

10.3 A escala e o(s) Termo(s) de Compromisso de Estágio deverão ser enviados pela **PUCRS** à Unidade Concedente no prazo máximo de 10 dias antes do início das atividades do(s) estudante(s). A presente regra vale para inclusão de novos estudantes na escala, que ocorrerem no decorrer do mês;

a) Para realização da conciliação mensal a **PUCRS** deverá enviar planilha de faturamento até o dia 12 de cada mês;

b) a Unidade Concedente deverá realizar a conferência e emitir a nota fiscal em até 04 dias úteis, após o recebimento da planilha de faturamento da **PUCRS**;

c) a quantia constante na nota fiscal fornecida à **PUCRS** deverá ser paga até o último dia útil do mês conciliado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante o envio de notificação escrita com 30 (trinta) dias de antecedência preservando-se, no entanto, os Termos de Compromisso, até o final da prática de ensino, bem como os direitos e obrigações existentes e/ou contraídas até a data de seu efetivo término.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONFIDENCIALIDADE

12.1 As partes obrigam-se, por si, seus sócios, diretores, funcionários, contratados e prepostos em geral, a manter durante o prazo deste contrato e por 10 (dez) anos após o seu término ou rescisão, o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, de qualquer natureza, referente às atividades da outra parte, das quais venha a ter acesso por força do cumprimento do presente contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, revelar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se, em caso de descumprimento da obrigação assumida, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais.

12.2 As partes obrigam-se a providenciar a expressa adesão de seus sócios, diretores, funcionários, contratados e prepostos em geral ao disposto nessa cláusula, responsabilizando-se objetivamente perante a outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 A partes comprometem-se a cumprir integralmente as normas de proteção de dados aplicável, incluindo, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD”) como também a garantir que seus empregados e terceiros contratados observem seus dispositivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

14.1 As partes se comprometem a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal n. 8.429/92, a Lei Federal n. 12.846/13, a Lei Estadual n. 15.228/2018 e a Lei Municipal n. 12.827/2021;

14.2 As partes declaram, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal n. 8.429/92, na Lei Federal n. 12.846/13, na Lei Estadual n. 15.228/2018 e na Lei Municipal n. 12.827/2021; se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor dos mencionados diplomas.

14.3 As partes, no desempenho das atividades objeto deste convênio, comprometem-se se abster de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei Federal n. 12.846/13, na Lei Estadual n. 15.228/2018 e na Lei Municipal n. 12.827/2021, especialmente quanto aos atos lesivos;

14.4 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará no encaminhamento dos fatos e documentos probatórios ao Comitê Gestor do Compliance no Município de Porto Alegre/RS, podendo acarretar o ajuizamento de demanda judicial reparatória.

14.5 As partes se obrigam a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1 As Partes declaram e concordam que o presente instrumento, incluindo todas as páginas de assinatura e eventuais anexos, todas formadas por meio digital com o qual expressamente declaram concordar, representam a integralidade dos termos entre elas acordados, substituindo quaisquer outros acordos anteriores formalizados por qualquer outro meio, verbal ou escrito, físico ou digital, nos termos dos art. 107, 219 e 220 do Código Civil.

Parágrafo Único: As Partes reconhecem e declaram que as assinaturas, digitais ou eletrônicas, celebradas por meio de autoridade certificadora são, para os fins do Art. 12, § 2º da Medida Provisória 2.200-1/2001, plenamente vinculantes e eficazes, constituindo todos os fins de direito.

15.2 As partes, de comum e perfeito acordo, elegem o Foro da Comarca de Porto Alegre/RS, para dirimir todas as questões emergentes deste instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2024.



**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VILA
NOVA
(HOSPITAL RESTINGA E EXTREMO-
SUL)
UNIDADE CONCEDENTE**



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE DO
SUL
INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Testemunha da Unidade Concedente:

Testemunha

Nome: Matheus Braga
Cargo/Função: Enfermeiro do SCIH
CPF: 041.810.550-27

Nome: Patricia Wendling
Cargo/Função: Assessoria Jurídica
PUCRS Carreiras
CPF: